

## **A função expositiva no quadro do binómio museologia e património: o caso da Galeria de Exposições Temporárias do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça**

The expository function of the binomial museology and heritage: the case of the Gallery of Temporary Exhibitions of the Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça

Joana d'Oliva Monteiro\*

**Resumo:** Tendo presente que a feição sociocultural da museologia assenta num cruzamento de domínios teórico e prático, inerentes ao (re)pensar exposição, exige-se, nesta perspectiva, a compreensão do fenómeno expositivo com base numa dimensão mais ampla, exercitando contribuir para o abreviar do distanciamento comunicacional entre o museu e os seus públicos. Neste artigo pretendemos *dar a ver* a função expositiva, recorrendo aos exemplos do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e respectiva Galeria de Exposições Temporárias, privilegiando uma abordagem que evidencie a interação entre os conceitos museologia e património.

Palavras-chave: Museologia. Património. Função Expositiva.

**Abstract:** Bearing in mind that the sociocultural feature of museology is based on a cross-theoretical and practical domain, inherent to exhibition (re)thinking, therefore demanding in this perspective, an understanding of the expository phenomenon based on a broader dimension, which aims to contribute to shorten the communication gap between the museum and its public. In this article we aim to show the expository function, using as examples the Mosteiro de Santa Maria of Alcobaça and its respective Gallery of Temporary Exhibitions, privileging an approach which highlights the interaction between the concepts of museology and heritage.

Key-words: Museology. Heritage. Expository Function.

### **1 A modo de introdução<sup>1</sup>**

A função expositiva, alavanca dinamizadora do quadro cultural do mundo dos museus, implica um enquadramento assente na afirmação da perspectiva sociocultural da museologia e no profissionalismo que as suas práticas exigem, no esforço da construção de um discurso expositivo adequado e eficaz na conquista dos seus públicos.

---

\* Universidade Nova de Lisboa. Mestre em Museologia. Bolsista (doutoranda) da Fundação para a Ciência e Tecnologia, Portugal.

<sup>1</sup> Este artigo resulta, em parte, da investigação desenvolvida no âmbito da dissertação de Mestrado em Museologia, realizada sob orientação da Prof.ª Doutora Raquel Henriques da Silva, e apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2010.

Sendo que desenvolver exposição se assume como uma das funções prioritárias dos museus e centros de apresentação de património, nesta linha, uma política dinâmica de exposições temporárias constitui-se actualmente como um imperativo programático para a direcção de qualquer museu que se pretenda actuante junto de públicos cada vez mais exigentes.

Neste contexto, revestido de múltiplas configurações, centramo-nos no caso do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, sítio de património cultural (ver MONTEIRO, 2010)<sup>2</sup>, e respectiva Galeria de Exposições Temporárias, uma infraestrutura interpretativa<sup>3</sup>. Assim, numa primeira parte, apresentamos uma breve descrição do monumento e, seguidamente, da Galeria para melhor compreender uma partícula do significado cultural que ambos comportam, bem como a responsabilidade dos seus intervenientes nas múltiplas feições operativas. Não esquecendo que o Mosteiro e a Galeria perfilham da mesma missão<sup>4</sup> (cerne da programação museológica), vem a este propósito referir que a missão dos museus consiste em:

seleccionar e proteger os objectos testemunhos da cultura de uma sociedade no que ela tem de único e de notável; restaurar ou instaurar o valor simbólico e comunicá-lo a todos, para levar a comunidade a partilhar o seu sentido; exprimir através da exposição pública a identidade desta comunidade, da mesma forma que os objectos privados testemunham da história individual e da personalidade de quem os conserva; de «ancorar» a colectividade numa representação valorizadora de si própria, incidindo sobre a vocação que têm os vestígios simbólicos de períodos de sucesso ao rodear-nos de uma representação positiva de nós próprios (RASSE; NECKER, 1997, p. 45).

A exposição, enquanto veículo de comunicação e chave da compreensão da missão do Mosteiro de Alcobaça e sua Galeria, constitui assim um valiosíssimo exercício descodificador da importância da função museológica - interpretação e exposição<sup>5</sup> -, não esquecendo que a mesma deve ser, antes de mais, um espaço aberto em diálogo permanente, havendo sempre outras formas de narrar a história.

---

<sup>2</sup> “refere-se a um lugar, uma paisagem cultural, um complexo arquitectónico, um achado arqueológico, ou uma estrutura existente, que conta com um reconhecimento como sítio histórico e cultural e, geralmente, com protecção legal” (ICOMOS, 2008).

<sup>3</sup> “refere-se às instalações físicas, aos equipamentos e aos espaços patrimoniais ou relacionados com os mesmos que se podem utilizar especificamente para os propósitos de interpretação e apresentação, incluindo as novas estratégias de interpretação e as tecnologias existentes” (ICOMOS, 2008).

<sup>4</sup> “O Mosteiro de Alcobaça tem por missão a salvaguarda, conservação, valorização e divulgação do monumento e respectivo acervo móvel e imobilizado. É, ainda, sua missão criar sinergias com a comunidade local, nacional e internacionais conducentes à compreensão do monumento e da Ordem de Cister como um todo e enquanto marco incontornável na Europa medieval”. - Informação disponibilizada pela Direcção do Mosteiro de Alcobaça [pasta de arquivo].

<sup>5</sup> Cf. LEI-QUADRO dos Museus Portugueses. Artº 7.º, alínea f) (Funções museológicas) e Artº 39.º pontos 1 e 2 (Interpretação e exposição).

## 2 O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça

Fundado a oito de Abril de 1153 (RODRIGUES, 2007, p. 11) na sequência da doação por D. Afonso Henriques ao Abade São Bernardo de Claraval, a história deste Mosteiro, obra-prima da arte gótica<sup>6</sup> cisterciense e, conseqüentemente, da região<sup>7</sup> de Alcobaça, confunde-se com a génese da História de Portugal e as suas facetas embrionária e multi-secular testemunham e assumem-se como um inestimável contributo na progressiva afirmação do percurso da História da Arte Portuguesa, Europeia e Mundial. O início da sua construção data de 10 de Maio de 1178 (RODRIGUES, 2007, p. 11) e é obra da Ordem de Cister, ordem religiosa francesa, rica e poderosa, que se distinguia pelas suas edificações grandiosas sob a égide da normatividade cisterciense e a par das correntes de gosto das épocas, actualizando, consoante os períodos históricos, os monumentos primitivos.



Fotografia 1: Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.  
Fonte: Cortesia de André Varela Remígio (2010).

O seu legado, exercício complexo, sensível e de difícil balizar, traduz-se para lá da sua arquitectura assente, a modo de síntese, na simplicidade, grandeza, austeridade e verticalidade, nas inovações agrícolas, no trabalho realizado em torno da caridade, no papel desempenhado no campo da instrução, na biblioteca pública, a

<sup>6</sup> "(...) quando o Gótico chega a Portugal chega por via cisterciense. Despojado e frio, claro e plano, luminoso e 'branco'. Resta saber, aliás se a própria arquitectura portuguesa, de outros séculos vindouros não deve muito ou quase tudo a esta estética cisterciense que teimosamente perdurou" (PEREIRA, 1999, p. 155).

<sup>7</sup> "Um segundo pólo de implementação da Ordem de Cister em Portugal é a região de Alcobaça, desde a segunda metade do séc. XII ao início do séc. XIV, os cistercienses ergueram um vasto domínio - os "Coutos de Alcobaça" (MARTINS, s.d., p. 98).

mais antiga do reino, nos escritos dos grandes cronistas do Mosteiro e, acima de tudo, numa orgânica e *modus vivendi*<sup>8</sup> que perdura até à extinção das Ordens Religiosas, em 1834<sup>9</sup>.

Tendo como base o pressuposto de que a dimensão icónica da arquitectura pode anunciar o seu conteúdo, perfilhando desta perspectiva, a leitura da fachada principal do Mosteiro e, particularmente, da fachada da Igreja (ver imagem 2.) encerra em si mesma uma dupla abordagem: uma síntese de programas e manifestações artísticas, indispensáveis para a compreensão do processo globalizante do percurso da história e da história da arte deste monumento, e uma partícula representativa inerente ao exercício de ver e de dar a ver o monumento.



Fotografia 2: Fachada da Igreja do Mosteiro.  
Fonte: Cortesia de André Varela Remígio (2010).

<sup>8</sup> “O espaço monástico é assim o reflexo de um ideal, de uma visão do mundo, de um sistema de valores que tudo organiza e modela. (...) O espaço monástico pode-se constituir como um organismo territorial apropriando-se do território, modelando-o e alterando-o conforme as suas necessidades e cujo espaço arquitectónico é edificado consoante as necessidades do espírito e do corpo” (MARTINS, s.d., p. 95 e 96).

<sup>9</sup> “...o decreto-lei de 28 de Maio de 1834 veio legalizar uma situação existente de facto. A 16 de Outubro de 1833, os monges foram forçados a abandonar definitivamente a abadia na sequência de vitórias consecutivas do exército liberal, aliadas a revoltas populares” (MONTEIRO, 1995, p. 154).

Repositório de estilos do seu percurso existencial e das correntes de gosto da época, a par das necessidades dos que o habitaram e moldaram a sua fisionomia, do seu acervo, rico e eclético, destacam-se as arcas tumulares do rei D. Pedro I e de D. Inês de Castro (Séculos XIV) profusamente decoradas com temática figurativa, hagiográfica, bíblica, heráldica, vegetalista e geométrica, bem como as esculturas monumentais em terracota, produzidas pelos monges cistercienses no último terço do século XVII e um dos conjuntos de obras de arte mais importantes e originais deste período, nos planos estético, artístico e técnico.

A perspectiva obtida (ver Imagem 3.) a partir da galeria do refeitório, sita no piso inferior do Claustro do Silêncio (século XIV), reforça a ideia da compilação de um tempo e uma das múltiplas perspectivas de ver e dar a ver o monumento.



Fotografia 3: Perspectiva do ver e dar a ver.  
Fonte: Monteiro (2010).

Esta imagem, entre outras possíveis, é exemplificativa da filosofia inerente aos processos histórico - artísticos de que o monumento foi objecto face às vicissitudes do seu tempo, a considerar: a parede lateral da Igreja (transição dos séculos XII/XIII); a galeria do piso superior do Claustro do Silêncio (século XVI) e as torres da fachada da Igreja (século XVIII).

Acerca da partícula do seu significado cultural, vem a propósito referir que

...uma abordagem diacrónica da arte cisterciense ostenta a virtude rara de constituir um observatório dos próprios ritmos do processo global: sobre cuja rede, de infinitos cruzamentos, necessariamente se inscreve, do mesmo passo que sobre ela mesma estabelece contínuas inter-relações. E nisso - mais que na óbvia relevância intrínseca do seu legado patrimonial - assenta a sua riqueza essencial (PIMENTEL, 2009, p. 1).

Nesta linha discursiva, a actual configuração do Mosteiro de Alcobaça e respectivos espaços visitáveis permitem resgatar e trabalhar a sua história/*modus vivendi*, eternizando o ideal cisterciense, posto que “as identidades só ganham pleno sentido quando abertas e disponíveis para dar e receber, e para assegurarem um permanente diálogo entre a tradição e a modernidade” (MARTINS, s.d., p. 14).

Em matéria de enquadramento legal, o monumento é um imóvel afecto<sup>10</sup> ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR)<sup>11</sup>, “...instituto público integrado na administração indirecta do Estado, dotado apenas de autonomia administrativa e de património próprio e que “...prosegue as atribuições do Ministério da Cultura...”<sup>12</sup>. A gestão do Mosteiro, os objectivos a que anualmente se propõe perante o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)<sup>13</sup> do IGESPAR, os recursos de que dispõe, a definição de estratégias, a divulgação, os planos de conservação, as políticas de incorporação, o programa anual de exposições temporárias, em suma, a sua missão depende, em grande parte, do percurso histórico e do conhecimento existente sobre os objectos que este monumento tem sob a sua guarda, conduzindo a um leque de questionamentos que passamos a enunciar: de que maneira seria possível ter uma boa política de incorporação sem conhecer a colecção cuja finalidade assenta no seu melhoramento?; de que forma se pode obter um bom plano de conservação sem saber o estado em que se encontram os objectos existentes?; como planear uma exposição (seja esta no próprio Mosteiro ou na sua Galeria de Exposições Temporárias) sobre um determinado tema, sem saber quais os

<sup>10</sup> Cf. DECRETO-LEI n. 96/2007 de 29 de Março. Artº 14.º, ponto 2, alínea b.

<sup>11</sup> Organismo que “...tem por missão a gestão, a salvaguarda, a conservação e a valorização dos bens que, pelo seu interesse histórico, artístico, paisagístico, científico, social e técnico, integrem o património cultural arquitectónico e arqueológico classificado do País” (IGESPAR, website).

<sup>12</sup> Cf. DECRETO-LEI n. 96/2007 de 29 de Março, Artº 1.º, pontos 1 e 2.

<sup>13</sup> Cf. IGESPAR, website oficial.

objectos que melhor o ilustram ou que melhor se relacionam com o mesmo?; de que outra forma poderia o Mosteiro cumprir as funções previstas pelo ICOM e pela Lei-Quadro dos Museus Portugueses?

Cada vez mais, os objectos, interpretados como fonte de informação e conhecimento, deverão ser tidos em consideração na construção e análise da história e na compreensão do seu significado cultural, uma vez que sintetizam e encerram, em si mesmos, informação valiosíssima. Neste sentido é oportuno lembrar que

as razões mais prováveis para que se seleccione um objecto para uma exposição são o facto de que (...) o objecto tem interesse intrínseco ou se considera que o espectador pode ter interesse em conseguir informação sobre ele, ou que o objecto tem algo para uma história mais geral que vai ser contada ao espectador (BELCHER, 1994, p. 181).

Em termos de classificação<sup>14</sup>, o Mosteiro de Alcobaça é Monumento Nacional (MN), encontra-se em Zona Especial de Protecção (ZEP) e foi inscrito em 1985 na lista do Património Mundial da UNESCO. Data de 13 de Maio de 1988 a recomendação<sup>15</sup>, pelo ICOMOS, da inscrição do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça na Lista do Património Mundial com base nos critérios (i) (representativo de uma obra - prima do génio criativo da humanidade) e (iv) (excelente exemplo de um tipo de construção ou um conjunto arquitectónico ou tecnológico ou paisagístico ilustrando um ou mais períodos significativos da história da humanidade) justificados no Relatório da 13ª sessão do Comité Intergovernamental do Património Mundial. A classificação de Património Mundial foi-lhe atribuída em 1989.

Em síntese, estamos perante a exibição de uma cultura em que o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, espaço de diálogo permanente entre as pedras novas e as pedras velhas do monumento e sítio de património cultural, se assume como um território privilegiado ao conhecimento e à apresentação de património(s) na infraestrutura interpretativa de que dispõe: a Galeria de Exposições Temporárias.

### **3 A galeria de exposições temporárias do Mosteiro de Alcobaça**

Parte integrante da fachada principal do Mosteiro, que se estende longitudinalmente numa extensão de duzentos e vinte e um metros de comprimento (MATOS, 1944), quebrada ao centro pela fachada da Igreja, a Galeria do Mosteiro de Alcobaça insere-se nas novas alas do monumento, mais precisamente no corpo sul<sup>16</sup>, à direita da Igreja.

<sup>14</sup> Cf. IGESPAR, website oficial.

<sup>15</sup> Cf. UNESCO, website oficial.

<sup>16</sup> "A ala sul, idêntica à anterior, foi construída após o terramoto de 1755" (COCHERIL, 1989, p. 37).



Fotografia 4: Fachada do monumento. No piso térreo, à direita, situa-se a Galeria.  
Fonte: Cortesia de André Varela Remígio (2010).

Do ponto de vista formal, os dois corpos do edifício caracterizam-se por

...grandes fachadas corridas, com janelões de moldura pétreia e frontão saliente, recto, no piso inferior, enquanto o piso superior apresenta, com o mesmo ritmo, as correspondentes janelas de sacada, também rematadas por frontões rectos, com varandins em ferro forjado a que não faltam sequer, nos remates de canto, as esferas armilares, tão comuns nos palácios seiscentistas (RODRIGUES, 2007, p. 107).

A Ala Sul foi "...construída no século XVIII, sobre os moldes<sup>17</sup> da anterior, para residência dos Abades trienais resignatários e instalação do Colégio de Nossa Senhora da Conceição (Curso de Teologia e Artes para leigos, fundado pelo Abade D. fr. Luís de Sousa)" (MATOS, 1944, p. 11). E à semelhança do Mosteiro, o piso térreo da Ala Sul foi também objecto de actualizações em cada período histórico, visando dar resposta às vicissitudes que o seu tempo desenhava e impunha. Em matéria de espaço/função, a Galeria caracterizou-se por uma polivalência que, ao longo dos tempos, a definiu e identificou, a considerar (de um ponto de vista cronologicamente aleatório): fábrica de tecidos, armazéns, lojas, zonas de acesso às áreas residenciais do piso superior, Escola Preparatória, secretaria do Museu/Mosteiro de Alcobaça,

<sup>17</sup> "A Ala Sul, simétrica com a Ala Norte, tem um desenvolvimento de 87x16m<sup>2</sup> com uma cércea próxima dos 15m". In: "Mosteiro de Alcobaça". Disponível em: <http://www.a2p.pt/projectos/livraria/p321/i321.htm>. Acesso em: 17 Jan. 2010.  
Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 4 nº 2 – 2011

Biblioteca Municipal, espaço destinado a exposições, etc. Integra, actualmente, projectos temporários de natureza expositiva.

A Galeria de Exposições Temporárias foi inaugurada no ano de dois mil e dois<sup>18</sup> após ter sido objecto de requalificação sob a responsabilidade dos arquitectos Gonçalo de Sousa Byrne e João Pedro Falcão de Campos. Sendo que "...o objectivo programático delineado pelo IPPAR era a criação de um espaço para receber actividades de carácter temporário em particular de natureza expositiva" (BYRNE, 2002, p. 58).

As opções projectuais feitas procuraram privilegiar o carácter imanente da preexistência em relação ao pretendido novo conteúdo programático cujo pragmatismo se resolve de modo discreto lateralizando os novos espaços de apoio e serviços bem como os sistemas e redes necessários ao desempenho polivalente (BYRNE, 2002, p. 61).

Nesta linha operativa, o produto resultante das opções projectuais da reabilitação da Galeria, que teve como objectivo central dotá-la de condições para se tornar um espaço de prolongamento do programa do Mosteiro de Alcobaça, possibilitou e viabilizou a criação de uma infraestrutura interpretativa, permitindo o cumprimento dos propósitos<sup>19</sup> que constituem e definem a sua missão<sup>20</sup>. Esta intervenção veio proporcionar uma outra forma de divulgar o acervo do monumento e reanimar pontualmente a temática cisterciense, com base numa política de exposições temporárias marcadas pela apresentação de projectos assentes na linha programática da tutela e de projectos contemporâneos. As exposições temporárias patentes na Galeria permitem também executar e conceber novas fórmulas expositivas num exercício de responder aos interesses e exigências por parte dos públicos.

A função expositiva e interpretativa estende-se à envolvente do monumento e, a este propósito, refira-se que a Requalificação da Zona Envolvente ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, intervenção realizada entre 2002-2006, sob a responsabilidade da mesma dupla de arquitectos, levou em linha de conta a relação de complementaridade entre a cidade de Alcobaça e o Mosteiro.

A Galeria de Exposições Temporárias estabelece, deste modo, um diálogo permanente com a forte presença historico-arquitectónica e estética imposta pelo monumento de que é parte integrante. Da fileira de janelas que integram o corpo sul

<sup>18</sup> Informação disponibilizada pelo *Atelier* Gonçalo Sousa Byrne - G.B. Arquitectos Lda.

<sup>19</sup> Neste contexto é de referir que "...o propósito da gestão de museus é facilitar a tomada de decisões que conduzem à concretização da missão do museu, ao cumprimento do seu mandato e à execução dos seus objectivos a curto e a longo prazo para cada uma das suas funções" (LORD; LORD, 1998, p. 15).

<sup>20</sup> Ver nota 4.

da fachada tece-se uma relação de cariz bi-unívoco, entre o monumento e a cidade e a cidade e o monumento, uma vez que em matéria de implantação e integração urbana, o monumento situa-se no centro histórico da cidade de Alcobaça. Os pilares desta linha reflexiva apresentam como premissas uma dupla directriz tendo em conta que “da mesma maneira que a arquitectura intervém na obra, a forma de apresentá-la coloca também uma relação directa com os conteúdos que estamos a ver” (RICO, 1996, p. 62), a que acresce um outro apontamento crucial que importa salientar:

...desenhar, expor, comunicar é a função normalmente assimilada à museografia. Trata-se fundamentalmente da exposição nas salas. Contudo, a exposição começa antes de se entrar nelas. Logo desde a construção do edifício. O edifício marca logicamente não só as possibilidades de conservação, mas também a exposição, e em menor grau, mas também de modo importante, o resto das funções (ZOREDA, 1980, p. 381).

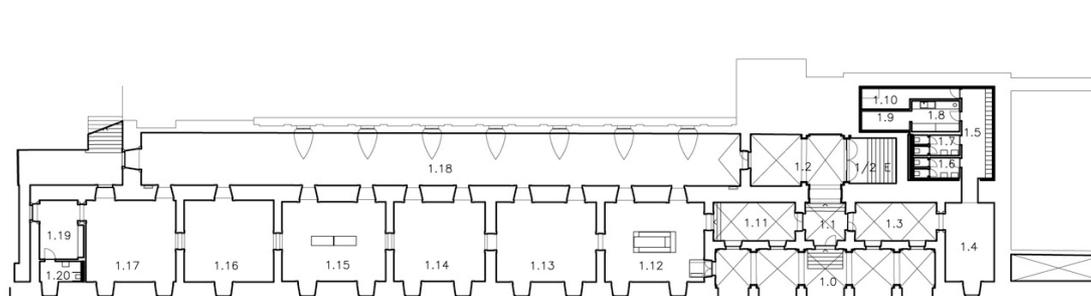
Subjaz, assim, a ideia de que existe uma pré-exposição/um pré-discurso, independentemente das propostas de narrativas que se poderão anunciar na Galeria de Exposições Temporárias.

Descendo ao particular, o espaço em apreço, ou melhor a “pré-exposição” que o antecipa, apresenta-se-nos através do impacto do Mosteiro e, mais precisamente, da sua monumental fachada, cartão de visita do monumento, com duzentos e vinte e um metros, na qual, ao centro, irrompe a fachada barroquizante composta por três registos, provocando no visitante sentimentos diversos e emoções que podem “...activar os mecanismos racionais da mente humana, tais como a observação, a comparação, a dedução ou o sentido crítico” (MESTRE, 2005, p. 87). A este propósito, é pertinente referir que

...a nossa experiência perante um monumento arquitectónico (...) nos obriga a um exercício racional, de abstracção, de tentativa de entendimento e de procura de uma espécie de objectividade perdida mas que seria possível reconstituir. Simultaneamente, obriga-nos a um exercício de afectividade, de entrega do sujeito pela estesia (pela sensação), isto é, de pura subjectividade (PEREIRA, 2001, p. 6).

Continuando, é importante sublinhar que o grande protagonismo da arquitectura do monumento não é sinónimo de perda de visibilidade das exposições mas antes um elemento conducente ao despertar de curiosidades e divulgador do seu conteúdo, contribuindo para a motivação dos diferentes programas que as instituições concebem, visando a satisfação dos seus públicos.

A caracterização do espaço inerente à Galeria<sup>21</sup>, de acordo com a disposição planimétrica, assume-se como um pilar incontornável no exercício de descodificação da função expositiva.



LEGENDA

1.0 "LOGGIA"; 1.1 DISTRIBUIÇÃO; 1.2 ANTE-CÂMARA ESCADA; 1.3 SALA DE EXPOSIÇÃO; 1.4 SALA DE EXPOSIÇÃO; 1.5 ANTE-CÂMARA I.S.; 1.6 I.S. PÚBLICO; 1.7 I.S. PÚBLICO; 1.8 COPA; 1.9 ARRUMO; 1.10 ARRECADADO; 1.11 SALA DE EXPOSIÇÃO; 1.12 RECEPÇÃO; 1.13 SALA DE EXPOSIÇÃO; 1.14 SALA DE EXPOSIÇÃO; 1.15 SALA DE EXPOSIÇÃO; 1.16 SALA DE EXPOSIÇÃO; 1.17 SALA DE EXPOSIÇÃO; 1.18 SALA DE EXPOSIÇÃO; 1.19 ANTE-CÂMARA I.S.; 1.20 I.S. DEFICIENTES; 1/2E ESCADA

Fotografia 5: Planta do piso térreo da Galeria.

Fonte: José Manuel Rodrigues ©. Cortesia de Gonçalo Byrne Arquitectos e Falcão de Campos Arquitecto, direitos reservados (2010).

Sendo que o espaço interfere na organização e no desenho das exposições, na montagem e, conseqüentemente, no discurso expositivo, o conhecimento do espaço Galeria contribui, em grande escala, para o sucesso de uma montagem. Nesta ordem de ideias, são apontados quatro sentidos fundamentais, a considerar: "identificação do tipo de espaço; as suas possibilidades espaciais; materiais, cores, texturas e acabamentos, e a sua relação com o conteúdo expositivo" (RICO, 1996, p. 213).

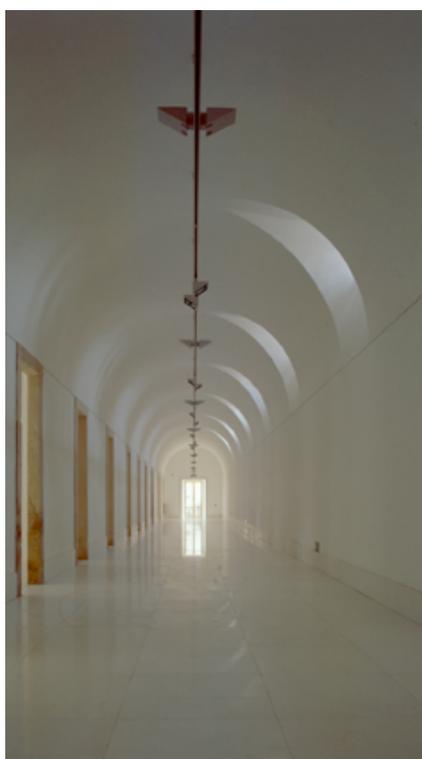
A infraestrutura interpretativa seleccionada disponibiliza uma sala de recepção (1.12), nove salas de exposição, sendo a sala (1.18) de dimensão relevante, em (*open-space*), e contrastante com a estrutura paralela, constituída por cinco salas de exposição (1.13; 1.14; 1.15; 1.16; 1.17) que integram a sequência de salas do corredor em *enfilade*, verificando-se para além das referidas, a existência de mais três áreas expositivas de menor dimensão (1.11; 1.3; 1.4).

<sup>21</sup> Em termos de área expositiva a distribuição espacial divide-se em: Área total da Galeria (a.b.t.) - 1742.90 m<sup>2</sup> e Área bruta total de espaços expositivos (a.b.t.) - 1163.62 m<sup>2</sup>. - Informação disponibilizada pelo Atelier Gonçalo Sousa Byrne - G.B. Arquitectos Lda: *Projecto Ala Sul - Galeria de Exposições: Mosteiro de Santa Maria de Alcoçaba*, [pasta de arquivo].



Fotografia 6: Recepção.

Fonte: José Manuel Rodrigues. Cortesia de Gonçalo Byrne Arquitectos e Falcão de Campos Arquitecto, direitos reservados (2010).



Fotografia 7: Sala de exposição (*open space*).

Fonte: José Manuel Rodrigues. Cortesia de Gonçalo Byrne Arquitectos e Falcão de Campos Arquitecto, direitos reservados (2010).



Fotografia 8: Sala de exposição.

Fonte: José Manuel Rodrigues. Cortesia de Gonçalo Byrne Arquitectos e Falcão de Campos Arquitecto, direitos reservados (2010).

A organização espacial das áreas de exposição possibilita, deste modo, uma dupla abordagem das narrativas propostas, oferecendo uma nova fórmula de apresentação dos conteúdos e, conseqüentemente, da sua leitura.

Ainda no referente às salas de exposição, é de realçar o facto da última sala (1.17) do corredor em *enfilade* estabelecer, a nascente, um vínculo com o passado do monumento, numa dupla leitura facultada pelas duas portas contemporâneas existentes nesta sala: a fachada sul da Igreja abacial e o espaço do terraço, localizado no primeiro piso e destinado ao apoio dos eventos que nele ocorrem, tecem também o contacto com a *cerca do Mosteiro*, espaço nevrálgico para a compreensão do *modus vivendi* cisterciense.



Fotografia 9: Dialéctica presente/passado.  
Fonte: Cortesia de André Varela Remígio (2010).



Fotografia 10: Dialéctica presente/passado.  
Fonte: Sofia Ferreira (2010).



Fotografia 11: Dialéctica presente/passado.  
Fonte: Monteiro (2010).

Na planta é também visível a escada (1/2E Escada) que dá acesso ao piso superior, destinado actualmente ao uso paroquial e onde se situa o espaço terraço, anteriormente referido. O segundo corpo de escadas conduz à zona da cerca do mosteiro e, embora não sendo visível na planta, deve ser referido uma vez que oferece mais uma possibilidade de estabelecer um vínculo com o passado do monumento.



Fotografias 12 e 13: Escadas de acesso entre os dois pisos.  
Fonte: José Manuel Rodrigues. Cortesia de Gonçalo Byrne Arquitectos e Falcão de Campos Arquitecto, direitos reservados (2010).

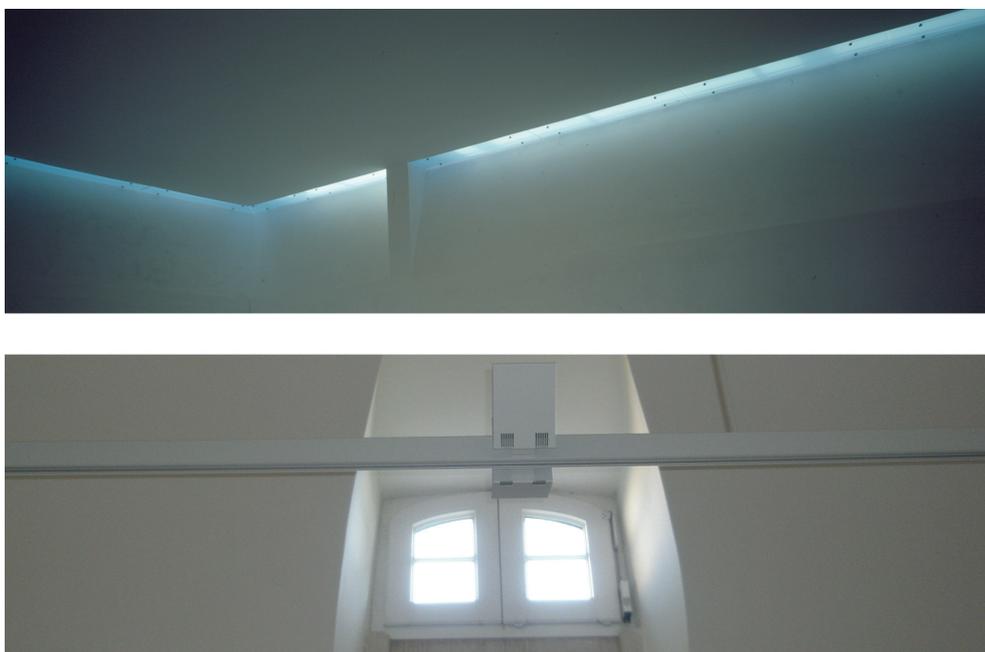
No que diz respeito aos materiais e acabamentos das áreas de exposição, no piso térreo verifica-se a existência de pavimentos em soalho, carvalho e mármore branco *thassos* polido. Os tectos são constituídos por reboco estanhado pintado e reboco caiado, as paredes são em reboco estanhado pintado, com calhas para suporte de quadros, e reboco caiado. Os degraus das escadas são de mármore branco *thassos* polido. No respeitante ao piso intermédio verifica-se a adopção das mesmas soluções.

Pensar o espaço é também pensar as suas funções, as suas articulações e as suas possibilidades. Nesta ordem, é pertinente referir que, ao pensar-se montagem, deve pensar-se desmontagem e posterior arrumação do(s) material(ais). Neste contexto, os espaços copa (1.8), arrumo (1.9), arrecadação (1.10) e ante-câmara (1.19) assumem particular relevância.

A iluminação, factor imprescindível em matéria de exposição (tal como a cor e os materiais), é do tipo artificial, com recurso a focos ajustáveis, e do tipo natural, sendo este conseguido através da fileira de janelas que acompanha o desenvolvimento do edifício. Na zona da escada de acesso ao terraço (piso intermédio) e ao piso superior foi criado um caixotão no qual um rasgo de luz cria uma cortina uniforme.



Fotografias 14 e 15: Iluminação natural e artificial.  
Fonte: Monteiro (2010).



Fotografias 16 e 17: Iluminação natural e artificial.  
Fonte: José Manuel Rodrigues. Cortesia de Gonçalo Byrne Arquitectos e Falcão de Campos Arquitecto, direitos reservados (2010).

No que se refere às acessibilidades, a não existência de barreiras nas áreas de exposição permite a visita de pessoas com necessidades especiais, por intermédio de uma plataforma elevatória. Relativamente aos sistemas e equipamentos, a Galeria dispõe de um sistema de iluminação das áreas de exposição, de um sistema de controlo de temperatura e humidade, de um sistema de segurança contra roubo/intrusão e de um sistema de segurança contra incêndios. A natureza polivalente do espaço Galeria, para além das exposições de cariz temporário e respectivas visitas orientadas, está bem demonstrada nas seguintes actividades desenvolvidas: recitais, saraus, lançamento de livros, conferências, *ateliers*, por vezes subjacentes à realização das exposições. A estas são inerentes uma panóplia de projectos e acções que envolvem o *design*, a montagem, a produção de materiais, a produção de catálogos, etc.

A Galeria de Exposições Temporárias permite, em síntese, a criação de um espaço limpo e amplo que facilita a interpretação dos objectos expostos e lhe confere uma dimensão que aumenta visualmente a área expositiva. Esta infraestrutura interpretativa promove o contacto pontual, estratégico e sincronizado com o monumento e com o seu exterior, facultando e incitando à concretização de múltiplos discursos e encenações.



Fotografias 18 e 19: Polivalência do(s) discurso(s) expositivo(s).  
Fonte: Monteiro (2010).

#### 4 Conclusão

Do exposto, podemos aferir, num primeiro nível de leitura, que a interacção entre os conceitos museologia e património se reporta a uma apreciação valorativa dos testemunhos em causa. Esta faceta interaccional conjuga-se com uma outra componente de cariz operacional, plasmada nos pressupostos legais que a orgânica estabelecida entre Museu e Património enforma. De reforçar é que esta mesma orgânica foi sendo alvo de actualizações, adaptações, (re)avaliações, contributos que as diversas épocas acrescentaram aos conceitos de museologia e património e que não constituíram mais do que tentativas de responder (função interpretativa) e acompanhar as realidades actuais progressivamente impostas quer no campo da natureza das colecções, quer no seu espaço, instalações, ao ritmo do arquétipo internacional.

Num segundo nível de análise, uma outra ideia se impõe, a de que uma feição investigativa do Mosteiro de Alcobaça e respectiva Galeria de Exposições Temporárias, considerando possíveis formas de abordagem e direccionando-as no sentido do seu significado cultural, torna mais acessível e amplo o leque de possibilidades em revestir o(s) seu(s) conhecimento(s) sob a fórmula de exposição, e, conseqüentemente, afinar o grau de comunicabilidade entre o monumento e os públicos, numa tentativa árdua da incorporação dos visitantes como parte integrante da sua história. No fundo, trata-se de compreender não só a sua importância mas, sobretudo, reflectir sobre as formas de trabalhar e proporcionar uma “produção” dos seus significados. Julgamos residir aqui um dos factores cerne do projecto expositivo: a associação recíproca que se estabelece entre o contentor e respectivos conteúdos.

O Mosteiro/Galeria, enquanto espaço de experimentação por excelência, pode e deve providenciar uma múltipla gama de significados e estabelecer, no espaço expositivo de que dispõe, conexões com o lugar de origem, (re)programando conteúdos que potenciem o abreviar do distanciamento comunicacional entre o monumento e os seus públicos. É nesta óptica que se traduz a razão de ser do património e da museologia, na sua capacidade em criar mecanismos que facultem e incitem sentimentos de pertença, curiosidade, admiração nos seus visitantes e reconhecimento por parte das entidades cientificamente qualificadas e responsáveis. Importa ainda sublinhar que os museus e centros de apresentação de património não são apenas importantes pelo acervo que albergam, mas antes pela forma como o pensam, trabalham, preservam e o dão a conhecer:

...segundo uma metodologia de cruzamentos múltiplos (...) que permitirá aos públicos não especializados compreender que, sem terem deixado de ser templos, os museus são lugares de intersecção de uma pluralidade de domínios disciplinares, onde o ruído das nossas perplexidades confronta produtivamente a aparente voz silenciosa das heranças (SILVA, 2003, p. 6) ■

## Referências

- BELCHER, Michael. *Organización y diseño de exposiciones: su relación con el museo*. Gijón: Ediciones Trea, S.L., 1994.
- BYRNE, Gonçalo. Santa Maria de Alcobaça: o regresso ao presente. In: *Património Estudos*, n. 2. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), 2002. p. 56-61.
- COCHERIL, Dom Maur. *Alcobaça Abadia Cisterciense de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.
- DECRETO-LEI n. 96/2007 de 29 de Março. Disponível em: [http://194.65.130.238/media/uploads/instrumentosdegestao/DL96\\_2007.pdf](http://194.65.130.238/media/uploads/instrumentosdegestao/DL96_2007.pdf)>. Acesso em: 31 Jan. 2010.
- ICOMOS. *Carta para interpretação e apresentação de sítios de património cultural*. ICOMOS: Québec, 2008. Disponível em: [http://www.international.icomos.org/quebec2008/charters/interpretation/pdf/GA16\\_Charter\\_Interpretation\\_20081004\\_ES.pdf](http://www.international.icomos.org/quebec2008/charters/interpretation/pdf/GA16_Charter_Interpretation_20081004_ES.pdf)>. Acesso em: 17 Jan. 2010.
- IGESPAR. Website oficial. Disponível em: <http://www.igespar.pt/media/uploads/instrumentosdegestao/quar2009.pdf>>. Acessos em: 17, 27 e 31 Jan. 2010.
- LEI-QUADRO dos Museus Portugueses. Disponível em: [http://www.ipmuseus.pt/Data/Documents/RPM/Legislacao\\_Relevante/lei\\_dos\\_museus.pdf](http://www.ipmuseus.pt/Data/Documents/RPM/Legislacao_Relevante/lei_dos_museus.pdf)>. Acesso em: 31 Jan 2010.
- LORD, Barry; LORD, D. Gail. *Manual de gestión de museos*. 1ª ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.
- MARTINS, Ana Maria Ferreira. *Espaço monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem*. s.d.. Dissertação (Mestrado)-Escola Técnica Superior de Arquitectura da Universidade de Sevilha, Sevilha, [s.d.]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4408.pdf>>. Acesso em: 12 Jun. 2009.
- MATOS, Pereira de. *Guia do Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: Neogravura Lda., 1944.
- MESTRE, Joan Santacana. Museografía didáctica, museos y centros de interpretación del patrimonio histórico. In: MESTRE, Joan Santacana; ANTOLÍ, Núria Serrat. (coords.). *Museografía Didáctica*. 1ªed. Barcelona: Editorial Ariel, 2005. p. 63-100.
- MONTEIRO, Joana d'Oliveira. *A Galeria de Exposições Temporárias do Mosteiro de Alcobaça - reflexões e contributos na óptica do discurso expositivo*. 2010. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010. [texto policopiado].
- MONTEIRO, João Filipe Oliveira. Pederneira, sítio e praia: das origens, à vila da Nazaré". In: *Actas das I Jornadas Sobre Cultura Marítima*. Nazaré: Câmara Municipal da Nazaré, 1995.
- PEREIRA, Paulo. *2000 anos de arte em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1999.
- PEREIRA, Paulo. Lugares de passagem e o resgate do tempo. In: *Património Estudos*, n. 1. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), 2001. p. 6-16.
- PIMENTEL, António Filipe. *Em torno da arte de Cister*. [Comunicação apresentada no Fórum da Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses, Alcobaça (Mosteiro de

Santa Maria de Alcobaça), 1 de Maio de 2009]. [Consultável no Arquivo do Mosteiro de Alcobaça].

RASSE, Paul; NECKER, Eric. L'identité, enjeu pour les musées de société. In: RASSE, Paul; NECKER, Eric. *Techniques et cultures au musée - enjeux, ingénierie et communication des musées de société*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1997. p. 21-53.

RICO, Juan Carlos. *Montaje de exposiciones: museos, arquitectura, arte*. Madrid: Sílex, 1996.

RODRIGUES, Jorge. *Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: IPPAR, Scala Publishers Ltd, 2007.

SILVA, Raquel Henriques da. Prefácio. In: BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p. 5-8.

UNESCO. Website oficial. Disponível em: [http://whc.unesco.org/archive/advisory\\_body\\_evaluation/505.pdf](http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/505.pdf)>. Acesso em: 17 Jan. 2010.

ZOREDA, Luis Caballero. El museo: funciones, personal y su formación. *Boletín de la ANABAD*, XXX, n. 3, p. 377-385, 1980. Disponível em: <http://digital.csic.es/bitstream/10261/13858/1/965418.pdf>>. Acesso em: 17 Jan. 2010.

---

Recebido em 20.11.2011

Aceito em 09.12.2011